



REGIMENTO INTERNO DO CONCELG

Estabelece as condições gerais para a organização e funcionamento do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do Estado de Goiás – CONCEG, e dá outras providências.

CAPÍTULO I CONCEITO E DEFINIÇÕES

Art. 1º - Para fins e efeitos deste Regimento, são adotados os seguintes termos e respectivas definições:

I – Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do Estado de Goiás - CONCEG: órgão sem personalidade jurídica, de caráter consultivo, formado por representantes das principais classes das unidades consumidoras da CELG Distribuição S.A., com a incumbência de opinar sobre assuntos relacionados à prestação do serviço público de energia elétrica, doravante denominado pelo termo CONCEG;

II - Conselheiro titular: representante efetivo de uma classe de unidades consumidoras no CONCEG; e

III - conselheiro suplente: representante habilitado a substituir, em caso de impedimento, o conselheiro titular.

IV – entidade representativa: instituição responsável por indicar candidato ao cargo de conselheiro que, uma vez empossado, passa a ser o representante da classe de consumo a que pertence.

CAPÍTULO II OBJETIVO E FINALIDADE

Art. 2º - São objetivos do CONCEG:

I – Orientar, analisar e avaliar as questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, às tarifas e à adequação dos serviços prestados ao consumidor;

II – Contribuir para a melhoria contínua das relações entre a concessionária e seus consumidores.

CAPÍTULO III COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO



CONCEG GOIÁS

Art. 3º - O CONCEG será composto por representantes das seguintes classes de consumo:

- I – Residencial;
- II – Industrial;
- III – Comercial;
- IV – Rural;
- V – Poder Público.

§ 1º As entidades representativas serão definidas pelo CONCEG conforme os seguintes critérios:

- a) Ter representação em todas as regiões do Estado;
- b) Representar categoria econômica de relevância quanto ao consumo de energia;
- c) Estar presente no Estado a mais de 5 (cinco) anos;
- d) Representar exclusivamente a classe em questão. No caso de atividade econômica, a representação deve ser patronal;
- e) Ter um número mínimo de 1.000 (mil) associados/membros/afiliados.

§ 2º Para abordar a representatividade das entidades, o CONCEG realizará Audiência Pública num prazo até 90 (noventa) dias antes do início do mandato dos Conselheiros.

§ 3º Após Audiência Pública, o CONCEG deverá convidar as entidades representativas conforme as classes de consumo estabelecidas no *caput* e os critérios estabelecidos no parágrafo anterior para que indiquem formalmente os Conselheiros das respectivas classes, com vistas à aceitação das indicações.

§ 4º - Realizado o procedimento estabelecido no parágrafo anterior, caso o CONCEG não ratifique a indicação de Conselheiro em até 30 (trinta) dias a contar do início do mandato, cabe à distribuidora proceder à indicação, comunicando o fato à ANEEL.

§ 5º - Caso a entidade convidada não apresente representante no prazo de 30 dias após o envio do convite formal, outra entidade, também representativa da classe de consumo, será convidada.



CONCEG
GOIÁS

§ 6º - Uma vez realizados os atos descritos nos parágrafos anteriores, cópias dos documentos comprobatórios devem ser encaminhadas à ANEEL ou ao órgão conveniado por ela indicado até a data de início dos mandatos.

Art. 4º - As classes de unidades consumidoras devem ser representadas no CONCEG por 1 (um) Conselheiro Titular e 1 (um) Conselheiro Suplente, indicados conforme o procedimento estabelecido neste Regimento.

§ 1º - É obrigatório que os Conselheiros sejam:

I - consumidores titulares; ou

II - representantes legais de consumidores titulares; ou

III - representantes formalmente indicados por entidade representativa da respectiva classe de consumidores atuante na área de concessão da distribuidora.

§ 2º - É vedada:

I - a participação, como Conselheiro, de pessoa que mantenha qualquer vínculo trabalhista ou profissional com a distribuidora ou sua controladora, inclusive participante em conselho de administração, seus respectivos cônjuges e parentes até 2º grau, assim como de pessoa física ou jurídica que mantenha relações comerciais com a mesma, excetuados a relação decorrente do fornecimento de energia elétrica;

II - a representação, ao mesmo tempo, de um mesmo Conselheiro, em mais de uma classe no mesmo Conselho;

III - a representação simultânea de um mesmo conselheiro em mais de um Conselho de Consumidores de energia elétrica; e

IV - a participação, como Conselheiro, enquanto candidato ou ocupante de cargo público eletivo.

§ 3º - Faculta-se participar do CONCEG, na condição de convidado, representante do Ministério Público ou da Defensoria Pública ou do Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, de âmbito local ou regional.

Art. 5º - A representação no Conselho é de caráter voluntário e não remunerada.

Art. 6º - Os Conselheiros, titular e suplente, terão mandatos com duração de 4 (quatro) anos, podendo serem reconduzidos, conforme disposto no Artigo 9º.

§ 1º - Os mandatos têm início no dia 1º de janeiro e término no dia 31 de dezembro

§ 2º - Sempre que um membro suplente passar à condição de titular deverá ser

indicado outro suplente para a vaga aberta.

Art. 7º - Os Conselheiros devem ser destituídos em casos de impedimento legal, candidatura a cargo eletivo, falta de decoro ou por ausências contínuas ou injustificadas, conforme fixado neste Regimento Interno.

§ 1º - Os membros titulares que venham a se candidatar a cargo público eletivo, no ato do registro da candidatura, ou que faltarem a 2 (duas) reuniões consecutivas, ou 3 (três) reuniões no ano sem a devida justificativa, serão substituídos automaticamente pelos respectivos suplentes.

§ 2º - No caso de destituição, renúncia formal ou vacância do cargo de conselheiro suplente, o CONCEG deve solicitar à entidade representativa nova indicação, nos termos deste Regimento.

§ 3º - Em caso de destituição, renúncia formal ou vacância do cargo de Conselheiro Titular, assume a vaga o Conselheiro Suplente, completando o restante do mandato.

§ 4º - No caso de substituição, destituição, renúncia formal ou vacância do cargo de Conselheiro Suplente, cabe ao CONCEG solicitar à entidade representativa nova indicação para cumprir o restante do mandato.

§ 5º - No caso de denúncia ou constatação de falta de decoro, abuso de suas prerrogativas, percepção de vantagens indevidas ou atos definidos como inconvenientes o Conselheiro poderá ser destituído, mediante comprovação da Comissão Disciplinar, instituída pela presidência do CONCEG, cujo parecer deverá ser apresentado e votado pelos membros do Conselho.

Art. 8º - O Conselheiro Suplente pode, a qualquer momento, participar das reuniões com direito a voz.

Parágrafo Único – Em caso de ausência temporária do Conselheiro Titular, o Conselheiro Suplente terá direito a voto para eleger o Presidente e Vice-Presidente do CONCEG, bem como para outras decisões do Conselho.

Art. 9º - O CONCEG terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre os Conselheiros Titulares.

I – Qualquer conselheiro poderá ser eleito presidente ou vice-presidente;

II – fica vedada a candidatura de membros pertencentes à CELG D e daqueles que não sejam Conselheiros titulares representantes de uma das classes de consumidores.

Parágrafo único. Os mandatos do presidente e do vice-presidente terão duração de 4 (quatro) anos, podendo ser reeleitos por mais 1 (Um) mandato;

I – Excepcionalmente, na ausência de interessados para ocupar a vaga de presidente, sendo unânime, o atual presidente poderá ser reconduzido por mais um mandato.

Art. 10 - Em caso de vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente assume completando o restante do mandato.

Parágrafo único. Em caso de destituição ou vacância do cargo de Vice- Presidente, o CONCEG deve realizar nova eleição, com vistas a definir o Conselheiro Titular que cumprirá o restante do mandato.

Art. 11 - A distribuidora deve indicar 1(um) representante titular e 1 (um)suplente para a função de Secretário-Executivo, os quais não terão direito a voto nas deliberações do CONCELG.

Art. 12 – Preferencialmente nas reuniões do Conselho de consumidores da CELG D deve estar presente um representante da CELG D ligado aos serviços prestados pela operadora com o objetivo de prestar informações sobre temas propostos na reunião.

Parágrafo único. O representante da CELG D será indicado pela área competente ao assunto tratado, podendo variar conforme os esclarecimentos solicitados pelo CONCELG.

Art. 13 - O Conselho de Consumidores da CELG D terá duração indeterminada.

CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES

Art. 14 - O CONCEG se reunirá ordinariamente no mínimo por 6 (seis) vezes ao ano, por convocação de seu Presidente e extraordinariamente, por solicitação do Presidente ou pela maioria simples dos conselheiros.

§ 1º - As reuniões ordinárias deverão obedecer a um calendário anual, aprovado pelo CONCEG previamente levado à apreciação da Concessionária.

Art. 15 - As reuniões deverão ocorrer, preferencialmente, em horário comercial e a convocação deverá ser feita com antecedência de, no mínimo, 10(dez) dias.

Art. 16 - O CONCEG será instalado com a maioria simples de seus membros em primeira chamada e, em segunda chamada, com qualquer número, caso em que a votação será tomada pela maioria simples dos presentes.

Art. 17 - A reuniões do CONCEG transcorrerão sempre de acordo com a seguinte ordem: leitura da ata da reunião anterior e sua aprovação, leitura da pauta da ordem do dia; e discussão e aprovação das matérias em pauta.



CONCEG
GOIÁS

Art. 18 - As reuniões terão caráter analítico, informativo, orientador, consultivo e reivindicativo, podendo inclusive ser ministradas palestras sobre tema específico.

Art. 19 - As ações do CONCEG, salvo disposição em contrário, serão tomadas por aclamação ou, em sua impossibilidade, por maioria simples dos presentes;

§ 1º - As votações poderão ser nominais ou secretas por deliberação do CONCELG.

§ 2º - Qualquer membro do CONCEG poderá abster-se de votar.

§ 3º - Na reforma do Regimento, o quórum para aprovação será de dois terços do total de votos do CONCEG.

Art. 20 - As instalações para o funcionamento e execução das atividades do CONCEG, o qual também poderá servir como local das reuniões será, preferencialmente, aquele fornecido pela CELG D nos termos do Art. 17 da Resolução Normativa nº 451/11 da ANEEL.

Parágrafo único. As reuniões do CONCEG poderão ocorrer fora das instalações físicas ofertadas pela CELG D, quer de forma itinerante, quer com vistas a atender demandas dos consumidores.

CAPÍTULO V

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 21 - Compete ao CONCEG:

I - manifestar-se formalmente, especialmente quando solicitado pela ANEEL, a respeito das tarifas e da qualidade do fornecimento de energia elétrica da respectiva distribuidora;

II - cooperar com a distribuidora e estimulá-la no desenvolvimento e na disseminação de programas educativos destinados à orientação dos consumidores sobre a utilização da energia elétrica, esclarecendo-lhes sobre seus direitos e deveres;

III - acompanhar, quando convidado, a solução de conflitos que envolvam a coletividade de uma ou mais classes de unidades consumidoras e a distribuidora;

IV - analisar, debater e propor soluções para assuntos que envolvam a coletividade de uma ou mais classes de unidades consumidoras;

V - cooperar com a distribuidora na formulação de propostas sobre assuntos de competência do CONCEG, encaminhando-as à ANEEL ou ao órgão conveniado por ela indicado;

VI - cooperar com a ANEEL e com o órgão conveniado por ela indicado, durante



as consultas públicas de preparação da fiscalização dos serviços prestados, visando ao cumprimento do Contrato de Concessão e da regulamentação de interesse do setor de energia elétrica;

VII - solicitar, quando necessária, a atuação da ANEEL ou do órgão conveniado por ela indicado para a solução de impasses surgidos entre o CONCEG e a distribuidora;

VIII - conhecer e acompanhar a evolução da legislação e da regulamentação do setor de energia elétrica;

IX - divulgar, com a colaboração da distribuidora, os assuntos de interesse do consumidor;

X - enviar à ANEEL, com cópia para a distribuidora, até o último dia útil do mês de outubro, o Plano Anual de Atividades e Metas referente ao exercício seguinte, utilizando-se dos modelos de formulários disponibilizados e em conformidade com o disposto nas correspondentes Resoluções da ANEEL;

XI - enviar à ANEEL, com cópia para a distribuidora, até o último dia útil do mês de abril, o relatório contendo a prestação de contas do Plano Anual de Atividades e Metas referente ao exercício anterior, observando-se o disposto nas correspondentes Resoluções da ANEEL;

XII - especificar, no Plano Anual de Atividades e Metas, as ações de capacitação dos conselheiros oferecidas pela distribuidora, com carga horária anual mínima de 16 (dezesesseis) horas;

XIII - colaborar com a distribuidora no preenchimento dos formulários definidos pela ANEEL contendo a prestação de contas do Plano Anual de Atividades e Metas realizado pelo CONCEG;

XIV - aprovar o seu Regimento Interno;

XV - interagir previamente com os consumidores e com as entidades representativas, visando à indicação de representantes quando da renovação dos mandatos dos Conselheiros;

XVI - realizar, num prazo de até 90 (noventa) dias antes do início dos mandatos, Audiência Pública abordando a representatividade das entidades e dos Conselheiros indicados e os aspectos ligados ao fornecimento de energia elétrica, tais como o atendimento ao consumidor, as tarifas aplicadas e a adequação dos serviços prestados pela distribuidora, encaminhando a ata à ANEEL;

XVII - observar, juntamente com a distribuidora, a correta utilização dos recursos financeiros em consonância com o limite e os procedimentos estabelecidos na Resolução nº 451/2011 da ANEEL;

XVIII - divulgar e manter atualizada, em cooperação com a distribuidora, a página eletrônica do CONCEG, que deverá conter, no mínimo, a identificação dos Conselheiros e das classes de unidades consumidoras que representam, seu Regimento Interno, sua agenda de trabalho, o Plano de Anual de Atividades e Metas, a prestação de contas, o calendário das reuniões e as ações por ele realizadas, ressalvado o direito ao sigilo devidamente fundamentado;

XIX - manter atualizados, junto à distribuidora, os dados cadastrais e de contato dos conselheiros e das entidades representativas responsáveis pelas indicações;

XX - enviar à distribuidora a atualização dos dados definidos no inciso anterior em até 30 (trinta) dias após qualquer alteração;

XXI – promover programas educativos destinados à orientação dos consumidores sobre a utilização da energia elétrica, esclarecimentos sobre seus direitos e deveres e outros assuntos que afetem direta ou indiretamente as classes;

XXII – oferecer capacitação técnica aos seus membros sobre os diversos assuntos do setor de energia elétrica.

XXIII - divulgar aos consumidores de sua área de concessão a realização de audiências e consultas públicas promovidas pela ANEEL.

Art. 22 - Compete à distribuidora, entre outras, as seguintes providências:

I - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares referentes ao CONCEG;

II - fornecer ao CONCEG a legislação do setor de energia elétrica, quando solicitada;

III - responsabilizar-se pelas atribuições do Secretário-Executivo do CONCEG;

IV - cooperar com a divulgação do CONCEG;

V - garantir que todas as suas unidades organizacionais colaborem no sentido de fornecer as informações que possibilitem ao CONCEG formalizar propostas sobre assuntos ligados ao serviço de energia elétrica, assim como adotar as medidas cabíveis para solução dos problemas identificados ou apresentar as justificativas pertinentes;

VI - encaminhar parecer sobre o Plano Anual de Atividades e Metas referente ao exercício seguinte e enviar à ANEEL, até o último dia útil do mês de novembro;

VII - promover, anualmente e sem custos para o CONCEG, ações de capacitação dos conselheiros, com carga horária anual mínima de 16 (dezesseis) horas, as quais deverão constar do Plano Anual de Atividades e Metas;

VIII - realizar anualmente reunião entre a Diretoria e o CONCEG, a fim de apresentar as providências adotadas em razão das propostas encaminhadas pelo CONCEG no ano anterior;

IX - elaborar e enviar à ANEEL, até o último dia útil do mês de março, relatório anual contemplando as análises e providências adotadas em razão das propostas ligadas ao serviço de energia elétrica encaminhadas pelo CONCEG no ano anterior;

X - manter à disposição da ANEEL ou órgão com ela conveniado os documentos pertinentes às atividades do CONCEG e à aplicação de recursos para o custeio pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos;

XI - garantir o pagamento dos gastos com o funcionamento do CONCEG, conforme previsto na Resolução nº 451/11 da ANEEL;

XII - observar, juntamente com o CONCEG, a correta utilização dos recursos financeiros em consonância com o limite e os procedimentos estabelecidos;

XIII- apresentar ao CONCEG, até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, extrato mensal contendo valores utilizados e disponíveis na conta específica do Conselho;

XIV- manter atualizados junto à ANEEL, tendo como co-responsável o CONCELG, os dados cadastrais e de contato dos Conselheiros, das entidades representativas responsáveis pelas indicações e do Secretário-executivo.

XV- hospedar, quando solicitada, e divulgar a página eletrônica do CONCEG.

Art. 23 - São atribuições do(a) Secretário(a)-Executivo(a):

I - atuar como elo de comunicação entre o CONCEG e a distribuidora;

II – Apoiar o Presidente em exercício de suas funções, estando este subordinado ao presidente do CONCEG, assim como, responder, de forma contínua, diretamente ou por meio de assessoria administrativa, pelos encargos da Secretaria do CONCEG;

III - expedir convocações para as reuniões, indicando local, dia, horário e a pauta;

IV - secretariar, diretamente ou por meio de suplente, as reuniões ordinárias do CONCEG que ocorrerem dentro da área de concessão;

V - encaminhar aos Conselheiros, à CELG D e à ANEEL ou ao órgão conveniado por ela indicado cópia das atas das reuniões nas quais constem os problemas apreciados e as sugestões apresentadas, assim como cópia do Regimento Interno e suas eventuais alterações no calendário anual de reuniões e das respectivas atas;

VI - manter organizado o arquivo das atas das reuniões;

VII - receber e expedir correspondências de interesse do CONCEG;

VIII - encaminhar à ANEEL, em até 60 (sessenta) dias após qualquer alteração, seus dados cadastrais e de contato, assim como os dados cadastrais e de contato dos conselheiros e das entidades representativas responsáveis pelas indicações; e

IX – Receber os consumidores que desejarem apresentar sugestões ao CONCEG, orientando-os e encaminhando-os ao Conselho.

Art. 24 - São competências do Presidente:

I - Dirigir e coordenar os trabalhos e as reuniões do CONCEG;

II - Representar o CONCEG sempre que necessário;

III - Expedir convites para as reuniões e coordená-las;

IV – Expedir, juntamente com os convites, a pauta acertada para a reunião;

V - Assinar correspondências em nome do CONCEG;

VI - Dar conhecimento prévio à Empresa Concessionária sobre o Calendário anual de reuniões ordinárias;

VII - Encaminhar à Concessionária, por intermédio da Secretaria Executiva, as solicitações, sugestões e reclamações que receber das classes de consumidores;

VIII - Receber informações sobre decisões da Empresa Concessionária advindos da atuação do CONCEG.

Art. 25 – São competências do Vice-Presidente:

I – Representar e coordenar as reuniões na ausência do Presidente;

II - Representar o CONCEG no caso de impossibilidade do Presidente e a ordem deste;

III - Em caso de vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente assume completando o restante do mandato.

Art. 26 – São competências do Conselheiro Titular:

I - Participar das reuniões, atendendo à convocação do Presidente, discutindo e votando as matérias submetidas à sua análise;

II - Apresentar sugestões para a atuação eficiente do CONCEG e expor os assuntos que julgar pertinentes;

III - Identificar e divulgar a entidade da qual for representante os temas a serem submetidos à apreciação do CONCEG;

IV - Levar ao CONCEG recomendações e notícias a ele vinculadas;

V- Propor eventuais alterações no Regimento Interno;

VI - Elaborar pareceres sobre questões atinentes ao CONCEG quando solicitado;

VII - Encaminhar ao Presidente do CONCEG as solicitações, sugestões e reclamações que receber das classes de consumidores, bem como as correspondências pertinentes ao Conselho, a ele endereçadas;

VIII - Levar à sua base de representação o andamento das providências e soluções das questões levantadas;

IX - Expor, mediante tempo justo e previamente estabelecido, os assuntos que julgar pertinentes; e

X - Votar nas deliberações;

Art. 27 - São competências do Conselheiro Suplente:

I – Substituir o membro efetivo em seus impedimentos temporários;

II - Assumir, em caso de vacância, o cargo de Conselheiro Titular e completar o seu mandato.

CAPÍTULO VI

DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS DO CONCELG

Art. 28 - Constituem direitos dos membros do CONCEG:

I - Intervir nas discussões das matérias submetidas ao CONCEG e participar das deliberações, nas quais cada Conselheiro terá direito a um voto;

II - Propor a discussão de qualquer assunto de interesse das classes de consumidores;

III - Solicitar qualquer dado ou informação pertinentes ao funcionamento e finalidade do CONCEG, bem como, por intermédio do Conselho, informações de responsabilidade da concessionária com vistas a atender demanda da categoria a qual representa;

IV - Promover entre os consumidores que representa, ações de seu interesse, colhendo críticas, sugestões e reclamações concorrentes aos serviços prestados pela CELG D;

V - Identificar temas de interesse dos consumidores que representa, propondo-os à discussão do CONCEG;

VI - Votar e ser votado para os cargos disponíveis no CONCEG;

VII - Propor eventuais alterações a este Regimento.

Art. 29 – São deveres dos membros do CONCEG:

I - Comparecer às reuniões do CONCEG conforme estabelecido neste estatuto, em calendário previamente aprovado ou atendendo as convocações que lhes forem dirigidas;

II – Justificar a ausência, quando da impossibilidade de comparecimento às reuniões do CONCEG ou a eventos de interesse deste;

III - Levar ao conhecimento da classe de consumidores que representa os assuntos de seu interesse;

IV - Levar ao conhecimento do CONCEG qualquer medida tomada pela CELGD ou por qualquer autoridade ou pessoa, que afete os interesses dos consumidores que representa;

V - Encaminhar ao CONCEG as críticas, reclamações e sugestões oferecidas pelos consumidores que representa;

VI - Levar ao conhecimento do CONCEG qualquer impedimento pessoal que torne impossível ou inadequada a sua participação como conselheiro;

VII - Cumprir integralmente as disposições deste Regimento;

VIII - Se portar de forma ética e com decoro para com o CONCEG, seus pares e a entidade a qual representa.

Parágrafo único. Consiste em falta de decoro atos como:

I - Uso de expressões que configurem crime contra a honra ou que incentivem sua prática;

II - Abuso de poder;

III - Recebimento de vantagens indevidas;

IV - Prática de ato irregular grave quando no desempenho de suas funções;

V - Revelação do conteúdo de debates considerados secretos ou estratégicos pelo CONCELG; entre outros atos.

CAPÍTULO VII DIVULGAÇÃO DO CONCEG

Art. 30 - A divulgação das ações do CONCEG deverá visar à conscientização dos consumidores quanto à importância e aos benefícios que poderão ser conquistados através dele.

Art. 31 - A divulgação poderá ser feita através de boletim trimestral ou qualquer meio de comunicação que assegure o pleno conhecimento da classe consumidora das ações do CONCEG.

CAPÍTULO VIII DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES E METAS

Art. 32 - O CONCEG deve desenvolver suas atividades em estrita consonância com seu Regimento Interno, observando os procedimentos da distribuidora no que couber, e as atribuições definidas nas Resoluções editadas pela ANEEL correspondentes ao assunto, consubstanciado num Plano Anual de Atividades e Metas que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - especificação detalhada das atividades e metas a serem alcançadas com seus respectivos planos de ação, nos quais deverão estar descritos os objetivos a serem atingidos e os produtos a serem obtidos;

II - cronogramas físico e financeiro de execução das atividades; e

III - orçamento contendo os recursos financeiros necessários à execução de cada atividade e o detalhamento da destinação destes recursos.

§ 1º Na definição das atividades a serem realizadas fora de sua área de concessão, o CONCEG deverá observar os limites de recursos financeiros indicados no Anexo I da Resolução 451/2011, respeitando os seguintes percentuais:

- I – Grupo I: 35%;
- II – Grupo II: 30%; e
- III – Grupo III: 25%.

§ 2º Não devem ser considerados, nos percentuais citados no parágrafo anterior, os treinamentos e reuniões promovidos pela ANEEL, que ocorram em sua sede, em Brasília-DF.

CAPÍTULO IX

DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 33 - As instalações para o funcionamento e execução das atividades do CONCEG devem ser fornecidas sem ônus pela distribuidora dentro de sua área de concessão e contar com a seguinte estrutura mínima:

I - espaço físico com ambiente para serviços administrativos e reuniões, preferencialmente em instalações da distribuidora;

II - mobiliário, equipamentos e materiais de uso contínuo, tais como: mesas, cadeiras, material de escritório, telefone, microcomputador ou equipamento similar que permita o acesso à internet, impressora, arquivos e outros.

Parágrafo único. A estrutura prevista no *caput* pode ser objeto de compartilhamento com a distribuidora, devendo esta garantir o livre acesso e privacidade quando da utilização do espaço pelo CONCEG, que disporá sobre o assunto em seu Regimento Interno.

Art. 34 - O recurso financeiro destinado à cobertura das despesas do CONCEG será disponibilizado nas datas e valores estabelecidos no Plano Anual de Atividades e Metas em conta bancária específica, destinada a atender exclusivamente os gastos necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

§ 1º - O valor definido no Anexo I destinado à cobertura das despesas do Conselho deve ser atualizado anualmente pelo índice de inflação adotado nos processos de reajuste tarifário da distribuidora.

§ 2º - Os valores especificados no Anexo I da Resolução nº 451/11 da ANEEL – Limites de Repasses aos Conselhos de Consumidores - serão atualizados por ocasião da revisão tarifária da distribuidora e estão sujeitos a avaliações periódicas pela ANEEL.

§ 3º - As distribuidoras devem implementar os mecanismos necessários para controlar todas as despesas incorridas com os Conselhos criando, se necessário, registros auxiliares a partir do 4º grau no Plano de Contas do Setor Elétrico, especificamente na conta de Outras Despesas da Administração Central.

§ 4º - O recurso financeiro disponibilizado ao CONCEG para a execução do Plano Anual de Atividades e Metas deve ser levado em consideração na definição da Parcela B da receita da distribuidora nos processos de revisão tarifária.

§ 5º - O valor limite estabelecido pela ANEEL contempla exclusivamente as atividades definidas no Art. 35, podendo a distribuidora e o CONCEG ajustarem repasse em valor superior, o qual não será reconhecido tarifariamente.

§ 6º Após a prestação de contas, caso o dispêndio aprovado não atinja a totalidade

dos recursos disponibilizados, o saldo restante pode ser utilizado até o final do ciclo tarifário da distribuidora, quando o eventual saldo remanescente a ser fiscalizado e validado pela ANEEL será revertido à modicidade tarifária na revisão tarifária subsequente.

§ 7º A distribuidora adotará todas as providências para viabilizar o pagamento das despesas do CONCEG e a respectiva prestação de contas.

Art. 34-A Os recursos financeiros devem ser aplicados, garantido o rendimento mínimo equivalente ao WACC das concessionárias de distribuição deduzido de impostos, e seus rendimentos devem ser incorporados às disponibilidades do Conselho.

§ 1º Os rendimentos auferidos da aplicação financeira devem ser empregados para a cobertura das despesas do Conselho e sujeitam-se às mesmas regras de prestação de contas dos recursos transferidos e ao §6º do artigo anterior.

§ 2º Os recursos a serem revertidos à modicidade tarifária devem permanecer aplicados até o dia da efetiva devolução

CAPÍTULO X

DAS DESPESAS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONCEG

Art. 35 - Na elaboração do Plano Anual de Atividades e Metas devem ser consideradas todas as despesas do CONCEG e especificadas as respectivas datas em que as despesas serão realizadas.

§ 1º - Podem ser incluídas no Plano Anual as despesas relacionadas estritamente às seguintes atividades do CONCEG:

I - despesas de deslocamento, estada e alimentação para participação nas reuniões do CONCEG;

II - despesas com inscrições, passagens aéreas e terrestres, estada e alimentação para participação dos Conselheiros em atividades técnicas fora da respectiva área de concessão, inclusive participação nas reuniões do ONS e CCEE e eventos promovidos por Conselhos de outras distribuidoras de energia elétrica;

III - despesas com a locação de veículo para deslocamento dos Conselheiros quando a serviço fora da sua cidade sede, incluindo o trajeto até o aeroporto;

IV - promoção de eventos técnicos, seminários, audiências públicas e reuniões com a comunidade local sobre a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica nas respectivas áreas de concessão;

V - pagamento de serviços administrativos com o objetivo de auxiliar o Secretário-Executivo nas tarefas de sua competência;



CONCEG
GOIÁS

VI - contratação de serviços de treinamento e consultoria por meio de universidades, entidades ou profissionais, com notória especialização comprovada por títulos e documentos expedidos por entidades profissionais ou acadêmicas legalmente reconhecidas;

VII - assinatura de periódicos técnicos relacionados às atividades do setor elétrico. e;

VIII - ações de divulgação do CONCEG;

IX - despesas com inscrições, passagens aéreas e terrestres, estada e alimentação para o secretário-executivo, em atividades a serviço do Conselho e mediante requisição e aprovação deste, nos mesmos parâmetros estabelecidos para os conselheiros.

Art. 36 - Todas as despesas do CONCEG devem ser comprovadas segundo procedimentos definidos e ajustados com a distribuidora.

Art. 36-A - O Conselheiro que, previamente autorizado e a serviço do Conselho, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas com estada, alimentação e deslocamento.

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, em até 48 horas antes do início da missão, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da cidade de residência, ou quando o conselheiro optar pela hospedagem faturada pela distribuidora.

§ 2º A diária deve ter como referência o valor indicado no Anexo I ao Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, tendo como limite disponível o montante definido para o item B.

§ 3º Será concedido adicional no valor fixado no Anexo II do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, por localidade de destino, nos deslocamentos dentro do território nacional, destinado a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e do desembarque até o local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa.

§ 4º O Conselheiro que receber diárias e não se afastar da sua cidade sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 5º Na hipótese de o Conselheiro retornar à cidade de residência em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, em até 5 (cinco) dias contados a partir da data de retorno.

§ 6º Para o custeio de despesas de viagem o Conselho poderá optar entre o sistema de diárias ou de reembolso.



§ 7º Na hipótese da não utilização do sistema de diárias, deve ser observado o limite indicado na soma dos §§ 2º e 3º para o reembolso das despesas.

§ 8º O Conselheiro deverá comprovar a realização da viagem no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de término da missão, sendo vedada a concessão de novas diárias, ou equivalente, e passagens até a regularização da prestação de contas da viagem anterior.

§ 9º O prazo para solicitação de reembolso pelo conselheiro é de até 60 dias contados da data de término da missão.

§ 10º O prazo para o ressarcimento, por parte da distribuidora, das despesas comprovadas e realizadas pelo Conselheiro será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento dos documentos comprobatórios de tais despesas.

Art. 37 - Cabe à distribuidora, tendo o Conselho como corresponsável, encaminhar à ANEEL, até 30 de abril do ano seguinte, juntamente com a Prestação Anual de Contas - PAC da distribuidora, os formulários definidos pela ANEEL contendo a prestação de contas do Plano Anual de Atividades e Metas realizado pelo Conselho:

§ 1º Fica incluída no item 6.2.3 – Prestação Anual de Contas – PAC, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, a Prestação de Contas do Conselho de Consumidores, que passa a contemplar o rol de itens a ser encaminhado anualmente à Agência.

§ 2º A não observância do disposto no *caput* pelo Conselho, poderá ensejar, mediante manifestação da ANEEL, a suspensão dos repasses de recursos para execução do Plano Anual de Atividade e Metas, sem prejuízo das sanções previstas para a distribuidora.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 - A distribuidora deve, quando solicitado pelo CONCEG, permitir o acesso às suas instalações e fornecer as informações necessárias ao desempenho das atividades dos Conselheiros, ressalvado o direito ao sigilo, devidamente fundamentado.



§ 1º - A ANEEL e o órgão conveniado por ela indicado devem assegurar o acesso e o repasse ao CONCEG das informações necessárias à execução de suas atividades.

§ 2º - É vedado ao CONCEG a divulgação a terceiros, sem a prévia e formal concordância dos agentes envolvidos, das informações consideradas de caráter reservado ou confidencial, considerando-se a ética e boa-fé no desenvolvimento das atividades sem prejuízo das infrações e cominações legais.

Art. 39 - O presente Regimento Interno foi elaborado com base na Resolução nº 451/11 da ANEEL.

Art. 40 - O presente Regimento Interno entra em vigor após sua aprovação pelo Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do Estado de Goiás CONCEGg em 29 de setembro de 2022.

Wilson de Oliveira

Presidente
Representante da Classe Industrial

Félix Afonso Fleury Curado

Vice-Presidente
Representante da Classe Rural

Keitty de Abreu Valadares Barbosa

Conselheira Titular
Representante da Classe Residencial

Luiz José Pereira de Queiroz

Conselheiro Titular
Representante do Poder Público

João Vitor Araújo

Conselheiro Titular
Representante da Classe Comercial